

Lembrar é fácil, difícil é esquecer: memórias de mulheres palestinas

Ashjan Sadique Adi¹

Elizabeth Hazin²

Hanin Majdi Waleed Mustafa Kassem Dawud³

Resumo: O presente artigo versa a respeito de memórias e exílios palestinos em função da migração. Seis mulheres brasileiras-palestinas usufruem do direito de narrar suas vivências e registrar sua memória individual. Conectadas pela *Nakba*, essas memórias são também coletivas. O objetivo é apresentar memórias individuais que dialogam entre si e seus efeitos nas trajetórias de vida dessas mulheres. Os relatos oferecem um convite à reflexão sobre o impacto da expulsão e do exílio em razão do sionismo e o efeito da nostalgia como ferramenta de enraizamento. Foi utilizada metodologia biográfica que trata de processos identitários e de como os sujeitos dão sentido às suas experiências. Como resultado constatamos processos intergeracionais atravessados por nostalgia e fortemente influenciados pela história palestina e todas as separações que a "cortam".

Palavras-chave: Palestina; Memória; Exílio; Migração.

REMEMBERING IS EASY, FORGETTING IS DIFFICULT: MEMORIES OF PALESTINIAN WOMEN

Abstract: This article discusses Palestinian memories and exiles due to migration. Six Brazilian-Palestinian women exercise their right to narrate their experiences and record their individual memories. Connected by the *Nakba*, these memories are also collective. The goal is to present individual memories that dialogue with each other as well as their influence on these women's life trajectories. The accounts invite reflection on the impact of expulsion and exile due to Zionism and the effect of nostalgia as a tool for rooting. A biographical methodology was used to address identity processes and how individuals make sense of their experiences. As a result, we observed intergenerational processes marked by nostalgia and strongly influenced by Palestinian history and the separations that "cut through" it.

¹ Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo/USP, Ribeirão Preto. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Campo Grande. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ UFMS, Corumbá. Secretária de Assuntos Acadêmicos da FEPAL: Federação Árabe-Palestina do Brasil. E-mail: ashjansadique@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1387-3818>.

² Doutora em Literatura Brasileira (USP, 1991). Pesquisadora Colaboradora Plena junto ao Programa de Pós-graduação de Literatura da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Estudos Osmanianos: arquivo, obra, campo Literário. Poeta. E-mail: ehazin555@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7577-4850>.

³ Mestre em Educação Física na área de Esporte, Lazer e Sociedade pela Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba. Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba. Presidente da ADEMADAN: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina. E-mail: eusouhanin@gmail.com.

Keywords: Palestine; Memory; Exile; Migration.

Introdução

Este artigo é composto de memórias femininas palestinas. Sabe-se, como ressalta Bosi (2012), que a memória não é um refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar, deixando de ter um caráter de restauração do passado, tornando-se geradora e potencializadora do futuro, composta de memória social, memória histórica e coletiva, que desconhece a ordem cronológica e opera com grande liberdade, recolhendo fatos de histórias individuais carregadas de um significado coletivo.

Seu objetivo é trazer as memórias, histórias, reminiscências permeadas por dores e alegrias de seis palestinas-brasileiras conscientes de que escrever nossas lembranças e recordações, além de ser um ato afetivo, cultural, linguístico e mnemônico, é um ato político: escrevemos sobre a Palestina e pela Palestina.

Escrever sobre e por esta terra é um ato político porque a Palestina foi historicamente apagada, sua história foi ocupada por mentiras, foi esquecida, silenciada, distorcida pela linguagem, pelo discurso, que, como uma moeda, tem dois lados e o lado que tem prevalecido nesses registros é o lado do opressor, do regime colonizador que insistentemente corta a Palestina com genocídios, epistemocídios e memoricídios planejados e executados pelo sionismo.

O sionismo não é um movimento religioso e sim político-nacionalista que deu origem ao Estado de Israel (Said, 2009), conectando ideologias colonialistas, racistas e extremistas, fundadas por eurojudeus, ou seja, por pessoas originariamente europeias, que professam a religião judaica e que reivindicam um Estado exclusivamente judeu na Palestina via limpeza étnica do povo nativo e originário.

No âmbito simbólico, o sionismo cria suas próprias palavras, reinventando-se para difundir inverdades e subtrair do povo palestino sua origem. Segundo Hobsbawm (2008, p. 209), até mesmo o hebraico era uma “[...] língua que judeu nenhum jamais utilizara para fins comuns desde o cativeiro da babilônia” e foi instrumentalizada pelo sionismo, já que os eurojudeus tiveram que reaprender o idioma. Nesse sentido, o autor relembra:

Havia acabado de ser inventada (1880) como língua de uso cotidiano - diferente de uma língua sagrada e ritual ou de uma erudita língua franca – por um homem que iniciara o processo de provê-la com um vocabulário apropriado, inventando um termo hebraico para “nacionalismo”; o idioma era aprendido mais como um distintivo do compromisso com o sionismo do que como meio de comunicação (Hobsbawm, 2008).

Por isso, nessa linha, temos “o perigo de uma história única”, como afirma Chimamanda Adichie (2009), que nos faz conhecer apenas um lado desta, expressa por aquele que detém o poder e reivindica para si a verdade absoluta. Por isso, a premência da nossa escrita é: já que a “história nunca é dita ou lida de maneira inocente, ela é sempre para alguém” (Jenkins, 2001, p. 86). Assim, é preciso pensar quem conta a história, como ela é contada e a quem é assegurada a legitimidade de contá-la; a história e a memória têm versões plurais.

A Palestina foi silenciada dos mapas, do cinema, da literatura, dos textos científicos, fruto do orientalismo, como nos traz a obra homônima do autor palestino Edward Said. Sua história foi apagada dos livros didáticos analisados em pesquisa de doutorado de uma das autoras, em que não há nenhuma referência à Nakba, a Catástrofe Palestina de 1948 que segue até nossos dias, contudo e dialeticamente, na continuidade de dor e do trauma está também a continuidade da luta.

Sayigh (2002, p. 17) aponta que: “A Nakba é um elemento constitutivo da identidade palestina, um local de memória coletiva que liga todos os palestinos a um ponto específico no tempo que se tornou para eles um ‘eterno presente’”, mas ainda há muitos escombros silenciando esta história e suas riquezas. Estamos aqui para resgatá-las.

Por isso a urgência dessas palavras que têm o poder de demarcar uma cultura, uma trajetória, uma geografia que ainda pulsa, luta, existe e sobrevive. Assim:

As palavras determinam o que é lembrado e o que é esquecido. Transmutar memórias individuais palestinas [...] de narrativas orais em palavras escritas é uma tarefa urgente para os investigadores numa “corrida contra o tempo” (Sayigh, 2002).

Ao escrever, demarcamos nossa existência, a existência de nossa história, de nossa memória, de nosso território ancestral, e, como indivíduos e coletivo, compomos uma unidade só. Ao escrever sobre nós, escrevemos sobre nosso povo e resistimos. Seja bem-vindo, leitor, a uma escrita-resistência - *Ahlan wa sahlán!* Ao explorar o poder do passado, nós, autoras, mostramos a urgência da questão da memória para a compreensão do presente palestino (a ambiguidade da palavra “presente” não é mera coincidência).

Como afirma Anzaldúa (2000, p. 232):

E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele “outro” e umas às outras. E em espirais que se alargam, nunca retornamos para os mesmos lugares de infância onde o exílio aconteceu, primeiro nas nossas famílias, com nossas mães, com nossos pais. A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver.

A escrita deste artigo despertou lágrimas, como trouxe uma das autoras: “Comecei a ler o texto da (...) e parei na metade, estou chorando. Teu texto emociona, é vivo e pulsante. Decidi não ler mais. Nossas histórias são muito parecidas. De todas nós. E, tenho medo de copiar emoções”. Nossas histórias se encontravam, nossas memórias se emaranhavam e prantos rolaram: todas somos atravessadas pelo exílio e pela diáspora, essa dispersão dolorida e forçada de um povo por diferentes lugares do mundo.

Uma referência para o presente artigo é a escritora Lina Meruane (2019), uma chilena-palestina que, ao visitar a Terra ancestral de sua família, se encontra e resgata a sua identidade Palestina. As mulheres que escrevem esse artigo também se identificam como brasileiras-palestinas, uma identidade duplamente constituída entre a nacionalidade brasileira em que nascemos e as origens palestinas das quais descendemos. Somos brasileiras, mas igualmente palestinas, e nos identificamos com

essa afirmação de Meruane (2019, p. 181) sobre a capacidade das palavras de servir ao poder ou à verdade:

Eu me comprometi quando me impus a examinar a gramática dos silêncios que deixam em branco as páginas necessárias para enfrentar este conflito... Quando comecei a pensar, incessante e obcessivamente, na transformação da realidade que certas palavras tinham levado a cabo... tornando-se parte de um complexo sistema que estrutura a maneira como entendemos a história palestina e a contamos. Seus atributos morais, seus subentendidos ideológicos, mobilizados para servir às projeções e aos projetos de poder.

Portanto, a linguagem pode obscurecer a realidade, sombreá-la, assombrá-la. No entanto, com nossas memórias, buscamos iluminá-la. Lembrar é uma maneira de se posicionar socialmente. E, apesar de tanta morte, mantemos nossa memória viva.

Relatos

Memória de uma ferida ainda viva (Ashjan Sadique Adi)

Se a História Palestina é atravessada por apagamentos, silenciamentos, esquecimentos, a história de mulheres palestinas é ainda mais cortada pelo memoricídio ao lado do horrorizante genocídio atual em que o feminicídio palestino é um de seus perversos objetivos. Nesse sentido, narrar nossas memórias é um ato de denúncia e de resgate, porque tudo que ocorre na vida de uma palestina, palestino ou descendente tem relação com nossa *Nakba*, a Catástrofe, em árabe, iniciada em 15 de maio de 1948 e ainda presente, um processo de genocídio e de limpeza étnica que expulsou cerca de 800.000 palestinos, executou 70 massacres que mataram um total de 15.000 pessoas, ocupou 774 cidades e povoados e destruiu 531, com a intenção de não deixar vestígios arqueológicos, promovendo um patrimonocídio. E a história familiar que vou contar tem íntima ligação com a *Nakba*. Passados os anos, foi ela que nos trouxe até aqui.

Meu avô, Said Abdel Aziz Adi, aportou no Brasil em 8 de novembro de 1955, após sua viagem de dois meses em um navio repleto de imigrantes que buscavam desbravar uma terra desconhecida. Meu pai, Sadique Adi, chegou em 1968 e minha mãe, Rahma Beirat, em 1972, ambos em uma viagem mais digna: de avião. Nesse mesmo ano, casaram-se na Bolívia em razão de não terem adquirido, até então, a naturalização brasileira (minha mãe só a conseguiu após o terceiro filho, mas esta história contarei em um outro trabalho).

Em 1973, nasceu o primogênito de 4 filhos, seguido dos irmãos, um nascido em 1976, outro em 1980, e eu, a caçula, nascida em 1984. Em meio a pedidos dos familiares para que o primogênito fosse criado na Palestina, e com a ideia de que meus pais não demorariam a retornar definitivamente à nossa terra, em 1980 meu pai levou meu irmão mais velho, então com 7 anos, para ser criado pelos nossos avós na Palestina. Ele não queria ficar e chorou na despedida.

Em 1985, aos 12 anos, ele retornou com o peito cravado de revolta ao Brasil; não perdoou meu pai e culpava minha mãe por ter permitido ser deixado lá. Quando meu pai se dirigia a ele em português, respondia: "Fale comigo em árabe, o senhor não me levou na Palestina para aprender nosso idioma?!" E as roupas, perfumes e batons de minha mãe

desapareciam... ela pensava que fossem as domésticas; as demitiu, as substituiu e os sumiços permaneciam, até que, desabafando a uma sábia senhora, esta disse a minha mãe: “é teu filho que está fazendo isso”. Meu irmão confessou; minha mãe já não se vestia da forma tradicional e ele dizia que lhe doía vê-la vestida daquela forma.

Aos 13 anos, ele retornou e seguiu sua vida na Palestina. Hoje é um homem casado, com 3 filhos e nos liga toda semana. Ele foi o único dos filhos criado na Palestina, separado dos pais e dos irmãos, que permaneceram juntos. Por isso suspeito de seu sentimento de ter sido abandonado e rejeitado, embora meus pais tivessem a melhor das intenções. Entretanto, mais que os próprios fatos, o que impera individualmente é como os sentimos, interpretamos, subjetivamos. E sei que esta história é uma ruptura, um corte na nossa família, uma ferida quiçá cicatrizada, mas que, por vezes, arde, porque ainda está viva.

Para o irmão de (...), os telefonemas semanais para a família no Brasil, as recordações de nossas visitas à Palestina, o partilhar de fotografias antigas e o sentimento de saudade, nossa *achuác*, amenizado nas longas conversas ao telefone, são formas de manter o elo familiar com os pais e irmãos além-mar, e fazer com que o vínculo não seja enfraquecido, que se mantenha sólido e firme, a despeito do tempo, apesar da distância.

Nesse sentido, o exílio sou eu, o exílio são meus pais, o exílio foi meu avô, o exílio é meu irmão que foi criado na Palestina, porque meus pais pensavam que logo voltariam para lá, o exílio é a comunidade Palestina de Corumbá, o exílio são os 50 mil palestinos no Brasil, os milhares esparramados na América Latina, os milhões refugiados por esse mundo que insiste em esquecê-los. O exílio é eu não poder ter convivido com meus avós e não saber o que é isso, não ter convivido com meus primos, tios, familiares. O exílio é sentir saudade todas as noites. É essa parte da gente arrancada pelo inimigo.

Minha visita à Palestina: tristeza, indignação, pertencimento (Bácila Lunks Badwan Musa)

Ao descer a rampa enorme do aeroporto de Ben Gurion, as lágrimas brotaram em meus olhos aos montes e, enquanto eu caminhava, trêmula, tentando saber quem eram aquelas figuras nos quadros ao longo da descida, meus pensamentos dançavam loucamente entre sentimentos de alegria e raiva, indignação e ódio por toda aquela estrutura em que eu adentrava. Naquele lugar, até antes de 1948, quando houve a *Nakba*, a grande tragédia do povo palestino, era onde meu pai tinha vivido todas as lembranças que ele me contava. Eu sabia que naquele local meus avós plantavam verduras e legumes e colhiam as azeitonas. E que essas terras eram próximas de onde agora eu estava.

Eu desci aquela rampa pensando que ali meu saudoso pai tinha pisado. Tinha vivido sua infância e seus melhores dias de felicidade plena, com a família e os amigos antes da chegada dos soldados sionistas. Antes de serem expulsos de suas terras. Antes dele ter que se abrigar nas tendas da Cruz Vermelha na fronteira com a Jordânia. Antes dele ter que escolher ser um refugiado de guerra do outro lado do mundo.

Então, de repente, eu pisei forte. Eu me engrandeci. Eu só pensava no que meu pai tinha me contado. Das alegrias dele indo para a plantação com meu avô e meus tios. Dos sapatos feitos de borracha de pneu velho que ele, com olhos úmidos, nos contava sempre que queríamos sapatos novos. Eu pensava nos sapatos de borracha de pneu velho dele

e pisava forte naquele chão do aeroporto. Eu queria pisar como o meu pai tinha pisado naquela terra. Eu queria ser ele ali, pisando de novo naquele chão.

Ao mesmo tempo, eu queria destruir aquilo tudo. Aquele concreto todo no lugar de quantas famílias mortas? De quantas vilas dizimadas? De quantas oliveiras arrancadas? Saí dali querendo sentir a terra pura nos meus pés. Coisa que consegui fazer assim que visitei meus primos. Andar pelos lugares que meu pai viveu trouxe sentimentos que acalentaram meu coração. E andar pelas ruas de Ramallah, ou passear em Nablus ou Kolbi, me deram a paz que eu precisava.

A palavra *Sumud*, resiliência, em árabe, define um palestino. Tanto os de Gaza que preferem a morte a deixar suas terras, como nós, descendentes em qualquer parte do mundo, que nunca permitiremos que uma organização sionista destrua nossas origens e nossa história, que são milenares, carregamos o sentimento de retorno, pois não importa como um palestino se tornou um refugiado: está assegurado pelo artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que “todos tem o direito de deixar qualquer país, incluindo o seu próprio e retornar ao seu país”.

Hoje, como uma das filhas da Diáspora, carrego comigo a saudade imensa de estar de novo naquelas terras e de fazer o caminho inverso de meu pai que nunca mais voltou depois que imigrou para o Brasil. Mas conseguiu deixar em nós, seus filhos, e em minha mãe, o sentimento de que podemos nos sentir palestinos mesmo tendo nascido aqui, pois nascemos e crescemos e fomos educados como palestinos e temos muito forte o senso de pátria. O sentimento de revolta e tristeza por terem roubado nossas terras se transformou num ativismo ferrenho e na responsabilidade de mostrar ao mundo que a Palestina existe. E é por ela que vivemos, respiramos e morremos em qualquer terra deste mundo. Por uma Palestina livre, onde todos os seus filhos e filhas possam pisar firme no seu chão, banhar em suas águas e que seus mares possam trazer todos aqueles e aquelas que, um dia, tiveram que migrar.

Exílio às avessas: um vínculo presente na ausência (Elizabeth Hazin)

Havia naquela casa – a de meus pais – um apego desusado a fotografias. Cada um de nós – éramos seis filhos – possuía um álbum todo seu, em que vinham estampados os eventos da infância e da adolescência. Mas havia outros álbuns ainda mais antigos, retratando parentes distantes, aí incluído aquele com fotos de meus avós palestinos, algumas tiradas ainda em Belém, antes da vinda definitiva deles. Foi precisamente neste que descobri a foto a desatar em mim profunda reflexão sobre o que denominarei aqui de “exílio às avessas”. Conheci muito cedo esta tal fotografia, mas a minha imaginação a revestia, então, de algo bem diverso do que, na realidade, era.

Figura 1 – Álbum de família



Fonte: arquivo da família.

Como se pode ver, aí estão dispostos os meus avós – Hilue e Hissa – em pé, com os filhos Leoni, Nassri e Mussa (meu pai), o menor de todos, na mesinha atalhada. Sentadas, em primeiro plano, Mariam, minha bisavó, à esquerda e, à direita, Milade, sua filha e irmã de meu avô. Passei muitos anos acreditando que ambas eram irmãs dele e, só recentemente, por acaso, em conversa com minha mãe, soube que eram mãe e filha. Minha bisavó teve meu avô aos 14 anos, talvez por isso a impressão de que fosse praticamente da mesma idade dos filhos. Foi então que soube a história por trás da fotografia. Mariam não conhecia o Brasil, era sua primeira vinda em visita ao filho que viera muito cedo, em 1906, aos 16 anos. Ele voltou à Palestina ao final da segunda década do século passado, a fim de casar-se e retornara ao Brasil por volta de 1920, com minha avó já grávida, que daria à luz Leoni, no início de 1921. Elas duas, todavia, só vieram em 1924, ano do nascimento de meu pai.

Mariam não gostou do Brasil e decidiu voltar para a Palestina, porém surpreendeu-se ao saber que a filha – Milade – não mais voltaria com ela: escolhera o Brasil como lugar para viver. Essa bisavó, distante de mim no tempo, retornou sozinha e nunca mais voltou a ver os únicos filhos que possuía. Esse fato cravou-se em mim como um espinho, do qual nunca consegui me livrar. Acendeu para sempre em mim a ideia do drama que constitui o exílio e foi justamente através da leitura da autobiografia de Edward Said que me dei conta do quanto o título por ele escolhido – *Fora do lugar* – alude, de maneira poderosa e intensa, a essa sensação de deslocamento, de descompasso mesmo, de quem vive longe da casa, da comunidade, da familiaridade cultural. É, sem dúvida, a perfeita definição do que se entende por exílio.

Apesar de saber que a palavra exílio, etimologicamente, vem do latim *exsilium* ou *exsul*, significando desterro ou banimento, e deriva de *exsilire* (saltar, lançar para fora,

sair), agrada-me pensar de modo poético – e até fantasioso – que há uma conexão do latim *illium* com o grego *Ílion*, outro nome da cidade de Tróia, na Grécia antiga, transformando o significado da palavra *exillium* em algo como "expulso de Tróia". Ora, esta origem por mim imaginada remete à narrativa da *Ilíada* de Homero, na qual a queda de Tróia provoca não apenas a destruição de uma cidade, mas a dispersão de seus habitantes pelo mundo. Nesse contexto, *exllion* simbolizaria mais do que uma mera expulsão: seria o arquétipo do deslocamento humano, um fenômeno que molda histórias e identidades desde o início da civilização.

A fantasia de que "exílio" deriva de *exllion* reforça a ideia de que o deslocamento humano é uma experiência ancestral tão antiga quanto as cidades e os impérios que os homens ergueram e destruíram. Desde os dias em que Tróia ardeu em chamas, passando pela diáspora dos judeus, pelas migrações dos bárbaros e pelos movimentos populacionais forçados pelo colonialismo, a humanidade tem carregado consigo a marca do deslocamento. Essas mudanças, por vezes forçadas, por vezes voluntárias, sempre deixam cicatrizes profundas nas existências humanas.

E o que seria um "exílio às avessas"? O exílio, como já disse antes, é comumente associado à partida forçada ou à impossibilidade de retornar ao lar. Refere-se a quem deixa seu lugar, carregando na bagagem saudades, memórias e a esperança de um reencontro que talvez nunca ocorra. Mas e aqueles que ficam para trás, vendo suas conexões mais profundas se dissiparem ao atravessarem o mar? Como descrever a experiência de ser estrangeiro na própria terra, marcado pela ausência de quem partiu?

É justamente aqui que emerge o conceito de "exílio às avessas", experiência igualmente dolorosa, mas menos reconhecida: a de permanecer no espaço físico de sua própria terra, enquanto a ausência dos entes queridos transforma esse lugar em um deserto emocional. É o exílio interno, uma solidão paradoxal que dilacera quem ficou. Esse conceito não é apenas uma abstração, mas uma realidade vivida por muitos, como a de minha bisavó, que retornou sozinha à Palestina, deixando atrás no Brasil os filhos e os netos, encerrando, para sempre, a possibilidade de tornarem a se encontrar um dia.

Assim, no caso da minha bisavó Mariam, o lar tornou-se uma ideia fragmentada. Ao decidir retornar à Palestina, ela procurava reencontrar a familiaridade de uma terra que representava segurança, cultura e identidade. Mas, ao fazê-lo sem a filha, o lar ao qual regressou nunca mais foi o mesmo. Ela voltou a uma casa despovoada, onde o silêncio ecoava as presenças que ali já não estavam. Assim, o "exílio às avessas" descreve uma condição de deslocamento emocional e cultural. Não se trata da perda do espaço geográfico, mas da perda das pessoas que constituem esse espaço. E é aí que aparece a memória como refúgio. A memória desempenha um papel central na experiência do "exílio às avessas". Para minha bisavó, lembrar-se dos filhos e dos netos devia ser uma forma de manter vivos os laços que a distância física tentava romper. Talvez ela guardasse objetos, fotografias ou simples fragmentos de recordações que, ao serem revisitados, traziam de volta um instante de presença. Cada refeição preparada no silêncio da cozinha ou cada história contada devia trazer o eco daqueles que estavam longe.

As memórias, nesse sentido, funcionam como um campo onde o "exílio às avessas" é temporariamente suspenso. Ao recordar, é possível habitar um espaço em que as distâncias se dissolvem e os laços são reafirmados.

Hanin, hanin al Watani: nostalgia, nostalgia da minha pátria (Hanin Dawud)

Cresci admirada com a presença do meu avô. Eu, pequeninha, observava aquele homem de presença imponente, com seus aproximadamente dois metros de altura, me olhando com doçura e interrogando se eu sabia quem havia escolhido o meu nome. “Hanin, hanin al Watani”, ele repetia sorrindo. “Nostalgia, nostalgia da minha pátria”, de todos os sentidos possíveis, manifesto os 90 anos da história de quem me batizou. Aquele que viu a morte nascer e crescer ao longo dos 78 anos do genocídio palestino. Que luto solitário!

Diferente da saudade, a nostalgia é o estado de melancolia ou tristeza profunda causada em pessoa exilada ou longe de sua terra natal. Algo que aprendi naturalmente, por meio de uma vida redimensionada por histórias vivas de tortura e exílio, é que, para quem viveu a guerra, não se pergunta sobre a guerra, a dor não é assunto e a crueldade é incompreensível. Logo, o que direi me foi contado por terceiros, mas confirmado pelo conhecimento histórico e geográfico consolidado sobre o nosso território de origem.

Em 1948, meu avô completava 14 anos de existência em uma Palestina livre e milenar. Nesse mesmo período, Israel completava seus primeiros dias de incitação à *Nakba*, catástrofe palestina, no que viria a ser uma estadia prolongada de promoção do terror, sob as mesmas práticas características desse extenso genocídio: desapropriação forçada, cerco total, fuzilamento, privação de água e de alimento.

Em resposta à degradação e à violência, a imigração em massa é um retrato universal da sobrevivência. No fluxo do êxodo, meu avô entrou na rota do exílio, repetindo a história de 800 mil árabes expulsos da Palestina. Em sua bagagem, uma garrafa de água. A *Nakba* foi uma catástrofe coletiva.

Existe um cheiro que não se esquece. Com a revogação do direito à vida palestina, veio o confisco do sustento, do território e do documento. As fronteiras foram violadas em cada veia, como um veneno injetado para uma morte lenta. Movimento de resiliência, meu avô é pai das comunidades diaspóricas. E o que seria a nostalgia, senão o desejo de retornar. Será preciso viver quantos anos para cumprir esse propósito?

Segundo Said (2009), embora tenha reconhecido o direito de retornar ao seu lugar de domicílio, estabelecido em inúmeras resoluções das Nações Unidas e em leis internacionais, Israel tem veementemente negado a possibilidade de retorno dos palestinos:

Isso ocorre, em primeiro lugar, por uma série de leis que declaram as terras árabes na Palestina como propriedade abandonada e, portanto, passíveis de desapropriação pelo Fundo Nacional Judeu (que é proprietário legal da terra em Israel “para todo povo judeu”, uma fórmula sem analogia em qualquer outro Estado, ou pseudo-Estado); e em segundo lugar, pela Lei do Retorno, para a qual qualquer judeu nascido em qualquer lugar do mundo tem o direito de reclamar cidadania e residência israelense imediatas (mas não um árabe, mesmo que possa comprovar sua residência e a de sua família por várias gerações na Palestina). Essas duas categorias - que se excluem sistemática e juridicamente - tornam impossível, em qualquer base que seja, que o árabe-palestino regresse, seja indenizado por sua propriedade ou viva em Israel como um cidadão igual ao israelense judeu perante a lei. (Said, 2009, p. 56)

Sobrevivendo ao exílio até os dias atuais, a população autóctone compartilha para além das narrativas de retorno a intensificação de um senso de identidade palestina.

Perante a destituição do território, o registro da memória histórica é uma manifestação de consciência política e comunal dolorosamente simbólica.

Memórias que palestina em mim (Keith Souza Matos Abdel Hamid)

O ano era 1986. Minha mãe ocupava-se de comprar alguns cortes de tecido para que a costureira pudesse confeccionar-me alguns conjuntos. À época, não ousávamos diferenciar a peça de cima da de baixo. Meu pai escolhia as mercadorias de sua loja para lotar as malas com os presentes que ele levaria à sua família, da qual ele já estava fisicamente distante há mais de duas décadas.

Ele voltaria à sua terra natal, homem feito, pai de família e levaria a sua filha primogênita para apresentar aos seus. A partir daquele momento, sua família conheceria um homem, que teria agregado ao seu nome de batismo, um outro marco identitário. Ele seria reconhecido por “Abu (...), pai da (...)”. Eu estaria inscrita nele e ele em mim, de uma forma culturalmente particular.

Eu não estava preocupada com os quase dois meses de aula que seriam perdidos nem tampouco feliz por estar tanto tempo ausente da escola. O meu foco era organizar-me para a minha primeira viagem, não a minha primeira viagem, mas a primeira viagem internacional (aqui sem conferir a essa internacionalidade nenhum *status* que não fosse a longa distância percorrida).

Não era a primeira viagem, mas seria a primeira sem minha mãe; não era a primeira viagem, mas seria a primeira vez que eu ficaria longe da bagunça das minhas irmãs gêmeas desde que elas nasceram. Recordo-me da elegância do meu traje de viagem, azul-celeste, com leve risca de giz, combinando com as nuvens que eu avistava da pequena janela da aeronave. Ela não abria, mas me abria um mundo que passaria a ser meu.

Friorenta como sou e precavida como é a minha mãe, claro que havia também uma japona; ela não objetivava compor o meu traje, mas proteger-me e aconchegar-me durante as tantas horas de voo. O estrangeirismo *aerolook* ainda não tinha sido difundido pela globalização, por isso e por outras razões menciono o vocábulo traje. Voltando à japona, vocábulo quase não usado atualmente, porém rebatizado pelo mercado da moda, posso dizer que ela era confortavelmente acolchoada e, segundo meu pai, foi molhada pela baba derramada dos meus lábios pueris, durante as muitas horas de sono.

Nossa primeira parada, iluminada, foi no gigante aeroporto Charles de Gaulle onde passaríamos uma noite até pegar o próximo voo ao destino que seria parte da composição identitária de quem hoje sou. O aeroporto final não tinha a nossa bandeira empunhada; era um lugar hostil. Eu não conhecia essa palavra em 1986, mas era capaz de senti-la por meio dos olhos daquela pessoa que revistara minha mala e que jogara o meu perfume no chão até que ele se quebrasse.

Eu só tinha 9 anos de idade, mas era capaz de reconhecer a hostilidade, mesmo sem conhecer o vocábulo e capaz de narrar o acontecimento ao meu pai e enfatizar que ela o fez de propósito. Este termo eu já conhecia. O meu passaporte de entrada na terra que eu tanto queria conhecer era este? Alguém daquela terra, que deveria me anfitriar, quebrara de propósito o meu perfume!

– Não, filha, deve ter sido sem querer. Acidentes acontecem. Eu comprarei outro para você. Essas foram as inseguras palavras do meu pai. Palavras de um pai que queria proteger a filha da opressão e do sofrimento que ele mesmo abrigava, muito

provavelmente desde a saída da sua terra natal, desde o seu refúgio e que, naquele momento, ele voltava a experimentar.

Quais seriam os sentimentos do meu pai, há tanto tempo exilado de sua terra, há tanto sem voltar, há tanto sem ver os seus? Tanto tempo, que nesse ínterim, perdeu a sua mãe sem a oportunidade de dela se despedir. Como seria o seu reencontro com o seu pai? Como seria rever seus irmãos e conhecer outros que ele nem sequer viu nascer?

O caminho percorrido do aeroporto até a cidade/vilarejo do meu avô parecia mais longo que todo o voo, quiçá porque eu pensava em todas essas perguntas, quiçá porque a ansiedade da chegada ou a revolta pela maldade do aeroporto não me deixaram dormir nesse trajeto. Até que, finalmente, estávamos em *Kfar Ni'ma*, finalmente estávamos na Palestina.

Eu estava no lugar que, de algum modo, conhecia sem nunca ter ido, estava na terra do meu pai, na terra de meu avô, estava na minha outra terra, estava no cenário de tantas das narrativas do meu pai. Elas não eram um conto de fadas. Elas existiam de verdade. Existiam também as suas personagens. A partir daquele momento, eu também seria personagem daquela história.

Na verdade, na Palestina nós estávamos desde a aterrissagem do avião, mas aquela porção era a Palestina ocupada pelo regime sionista e, portanto, tão hostil. Claro que isso eu só vim entender bem mais tarde, mas, *in loco*, a busca por esse entendimento já havia sido plantada.

Despertadas em mim tantas curiosidades: por que meu pai tinha saído da sua terra, por que, entre amigos palestinos no Brasil, eles relatavam as dificuldades das famílias de lá, que dificuldades eram essas, por que as azeitonas plantadas pelo nosso povo não eram apenas colhidas, mas arrancadas desde a raiz das oliveiras, o que eles queriam de nós?

Nada disso me foi claramente explicado nos quase 60 dias da minha permanência. De fato, eu não verbalizei essas perguntas. Eu não entendia nem vivenciava a dor, mas entendia e vivenciava a alegria. Ela fora soberana naqueles dias a excetuar-se no dia da despedida (um capítulo à parte, que só quem vai à Palestina e tem de se despedir da família consegue entender). O cultivo da alegria palestina é também uma maneira de subverter a opressão, uma espécie de anarquia, uma forma de resistência: a anarquia da alegria.

Apesar da alta temperatura daquele mês, eu sentia o arejar do vento, especialmente quando galopava no cavalo que me levava aos melhores lugares da colheita. Eu não temia nem o galope nem a possibilidade de aparição da bruxa *Uadha*, único inimigo até então apresentado nas narrativas de meu pai. Ela não podia ser mais cruel que a mulher do aeroporto.

Eu e meus novos familiares, alguns, inclusive, mais novos que eu, colhíamos uvas, figos e a brincadeira de criança tinha uma realidade e uma liberdade que não me faziam imaginar o quão preso e oprimido era o meu povo.

Até que é chegado o dia em que meu pai foi fazer uma visita não indicada para mim: foi ver um amigo de infância na prisão, um privilégio, já que muitos dos presos palestinos pelo Exército Sionista são levados não se sabe para onde ao certo. Mas a minha insistência me fez ir com meu pai e, mesmo sem acompanhá-lo até o destino, a sala de visitas, tive o meu pacote de chiclete confiscado. Era a segunda vez que pessoas naquela terra se apropriavam do que não lhes pertencia.

Mais tarde entendi que elas, muito antes, também haviam se apropriado de parte das nossas terras com ocupação ilegal. Mais tarde entendi o porquê do exílio, a sua relação com a *Nakba* (catástrofe), iniciada em 1948 e continuada pelo permanente processo de tentativa de limpeza étnica por meio da expulsão e do genocídio de tantos palestinos e palestinas. Entendi que o meu traje azul-celeste testemunharia e seria pintado por outras cores que passariam a me vestir.

Parece clichê dizer que uma viagem sempre nos modifica, contudo, na prática, a minha primeira ida à Palestina, mesmo com os conflitos vividos, mesmo chegando sem falar uma única palavra em árabe, mesmo sendo uma criança longe quase 2 meses da mãe, mesmo tendo o natural estranhamento de uma outra cultura, mesmo tendo chorado escondido de saudade, teve também um pertencimento de um mundo que já era meu, além da descoberta de algumas das minhas “palavramundo” (Freire, 1992).

A minha primeira viagem à Palestina não me modificou meramente, ela me apresentou o que seria parte da minha composição identitária. E, a partir dali, seria outra a minha manifestação.

Ela fez reverberar em mim a busca pela compreensão.

Meu entendimento infantil já acenava que eu havia vivido uma injustiça.

Meu entendimento cidadão me fez entender que os palestinos são injustiçados desde a invasão de suas terras.

Meu entendimento humano me fez refutar qualquer forma de opressão.

Meu entendimento me faz ter causas.

E a luta pela libertação da Palestina é uma delas.

Palestina livre do rio ao mar, a partir do Brasil: um esperançar adulto, plantado por um anseio pueril.

Diante do meu envolvimento com toda essa história, seja pela vivência das vezes que estive naquela terra, seja pelas memórias das narrativas do meu pai, seja por presenciar o que vivem palestinas e palestinos, eu, de alguma maneira atravessada pelo exílio ou pela diáspora, passei a indagar a mim mesma, valendo-me também das reflexões de Paulo Freire, por ocasião da minha profissão e da admiração pelo educador, considerando que:

A existência humana é, porque se fez perguntando, a raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar. [...] Radicalmente, a existência humana implica assombro, pergunta e risco. E, por tudo isso, implica ação, transformação (Freire, 1992).

E foi indagando, investigando e vivenciando que encontrei as respostas às perguntas que me fiz aos 9 anos de idade. Partilhar essas respostas é a maneira que nós temos para impedir o memoricídio e a limpeza étnica de nosso povo.

A vivência do meu pai em uma Palestina livre foi muito curta, tendo em vista que ele nasceu em 1944, pouco tempo antes da *Nakba*. A sua vivência numa Palestina ocupada o impulsionou à imigração, como tantos outros palestinos antes e depois dele. Como filha da diáspora, minha luta por uma Palestina livre durará o tempo da minha existência.

Palestina enraizada em nós e nós nela. *Sumud!*

Memórias que transformam dor em força e determinação (Ruayda Hussein Ali Rabah)

Durante décadas ouvimos nossos pais contarem sobre sua terra natal, seus olivais, suas videiras e suas figueiras e seus entes queridos. Tudo era gravado em nosso imaginário e, por vezes, nos sentíamos parte daquela história. E, ainda assim, nós, da diáspora Palestina – ou pelo menos eu –, não conseguimos entender o porquê de terem abandonado sua pátria tão amada e tantas riquezas que tinham lá, nem mesmo a tristeza em seus olhares ao falarem de suas terras, até mesmo quando contavam histórias engraçadas envolvendo parentes, familiares e amigos.

Desde sempre ouvia de meu pai, em suas cinco orações diárias, um único pedido a Deus: seu retorno à Palestina, e que lá fosse seu local de repouso. Em 1997, meu pai visitou a Palestina com um sobrinho que foi nos visitar no Brasil, primo este que não conhecíamos até então, isso após 37 anos de exílio. E, infelizmente, após 37 dias de sua chegada à Palestina, ele veio a falecer, foi velado e enterrado em sua pátria como sempre desejou, mas sem que pudéssemos dar nosso último adeus ao nosso amado pai.

Foi a partir desse fato que entendi a dor que via em seus olhares, e vi a dor do olhar de minha mãe triplicar, ela somava mais uma perda em seu exílio, que deixa marcas de perdas, de descontinuidade por ser separado de sua terra natal, de suas raízes e de seu passado (Said, 2002). Decidi então que os sonhos de meu pai que não haviam se realizado e os de minha mãe deveriam ter continuidade. Em 1999, dois anos e meio após o falecimento de meu pai e um ano e meio de meu casamento com um palestino brasileiro, resolvemos vir para a Palestina, e já faz 26 anos que aqui estou, mas este é outro longo capítulo de tantas memórias.

É claro que, a princípio, achava que me sentiria no exílio, mas me surpreendi com o que senti quando aqui cheguei. Era como se eu somente estivesse retornando a um lugar que sempre me pertenceu, me sinto hoje tão enraizada nestas terras quanto as oliveiras de meus pais. E nada neste mundo foi mais gratificante para mim que ver, pela primeira vez, a alegria do olhar de minha querida mãe, hoje uma senhora de 88 anos, quando veio me visitar após um ano de minha chegada aqui na Palestina, apesar de ter passado por humilhações no aeroporto pelos sionistas.

Seu sentimento de revolta por ser uma estrangeira em seu próprio país também era bastante nítido, mas, com certeza, nada iria conseguir tirar sua felicidade de retornar e ver seus familiares após 35 anos de exílio. Como diz Shilling, (2014, p. 16), "O exílio é estar com malas prontas o tempo todo" e, ao ouvir as orações de meu pai (que Deus o tenha), era realmente isso que eu sentia, que ele, a qualquer momento, faria suas malas e sairia de seu exílio que tanto o deixava impotente.

Por outro lado, a dor que percebia no olhar de minha mãe me passava um sentimento totalmente contrário, a força e a determinação de que pertencia a um lugar sim, e que continuará a pertencer. E foi esta força, esta esperança de retorno que me fez entender que, apesar de toda a dor, sofrimento, contínuos genocídios perpetuados pelos ocupantes israelenses, esta sempre será a nossa pátria, e não a esqueceremos; a memória Palestina estará sempre presente, seja no exílio, na diáspora, ou até mesmo nos refugiados palestinos espalhados pelo mundo todo e nos refugiados em sua própria pátria. E, parafraseando o poeta palestino Mahmoud Darwish (2001), hoje entendo o que significam essas palavras: Ela se chamava Palestina, ainda se chama Palestina e continuará a se chamar Palestina.

Considerações finais

A construção de um texto como este, composto por diferentes vozes e memórias, pode – de saída – sugerir um caráter fragmentado. No entanto, ao longo da leitura, percebe-se que essas inúmeras perspectivas não enfraquecem a coesão do todo, antes enriquecem a compreensão do tema, oferecendo um panorama mais amplo e mais profundo das experiências aqui compartilhadas. Se cada autora traz sua própria vivência e linguagem, é na interseção dessas narrativas que se revela um sentido maior, no qual o individual se funde ao coletivo.

A memória, elemento central deste trabalho, se apresenta não como um registro estático do passado, mas como um texto dinâmico, tecido por lembranças que se entrelaçam e se ressignificam no presente. Cada um dos relatos aqui expostos contribui para essa teia de significados, e demonstra que recordar é um ato não apenas de preservação, mas também de reconstrução. Sim, porque não se trata apenas de reviver o que foi, mas também de interpretar, dar novos sentidos e integrar essas vivências a um contexto mais amplo.

Além disso, pode ser dito que a diversidade dos textos evidencia a complexidade da experiência humana, deixando claro que a história não se faz através de uma única voz, mas de um coro de testemunhos que se complementam. A aparente dispersão dos relatos dá lugar a um entendimento mais orgânico da memória, mostrando que a pluralidade não é aqui sinônimo de desordem, mas sim de uma riqueza que só pode se manifestar plenamente quando diferentes perspectivas encontram espaço para coexistir.

Assim, a unidade deste texto não está na uniformidade, mas na harmonia entre as diferenças. O que de repente pode ser visto como fragmentação termina se revelando um método para dar conta da complexidade do tema abordado. Ao finalizar esta leitura, resta no leitor a compreensão de que as memórias, ainda que únicas, fazem parte de um tecido maior, no qual cada fio, por mais individualizado que seja, contribui para a construção de uma narrativa comum. Este texto, portanto, não apenas preserva lembranças, mas também reafirma a importância de ouvi-las, registrá-las e compreendê-las em sua diversidade. Pois é na pluralidade das vozes que paradoxalmente encontramos o mais profundo sentido de unidade.

Por fim, o que temos nestes escritos são seis mulheres, seis histórias, uma infinidade de memórias. Histórias diferentes, particulares, específicas na sua maneira de narrar. Histórias em comum, em comunhão ao que fazem reverberar, que exalam a palestinação em cada uma das autoras.

Histórias com os ecos dos gritos de resistência de um povo que, na Palestina e no deserto do mundo, resiste para existir. Histórias com os ecos das narrativas de nossos ascendentes, que da Palestina tiveram de sair, com os ecos das muitas tentativas de nos silenciar, com os ecos de construção da nossa identidade, seja aqui, seja lá. Histórias para manter nossa Palestina sempre viva e registrada em nossa humanidade.

Referências bibliográficas

Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma história única*. Conferência apresentada na TED Global: A essência das coisas não visíveis, Oxford, Reino Unido. <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>.

- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo (É. de Marco, Trad.). *Estudos Feministas*, 8(1).
- Bosi, E. (2012). Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano [Entrevista concedida a M. S. Bruck]. *Revista Dispositiva*, 1(2), 196–199. <https://bit.ly/36OUquh>.
- Freire, P. (1992). *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2008). *A era dos impérios (1875–1914)*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Jenkins, K. (2001). *A história repensada* (M. Vilela, Trad.). São Paulo, SP: Contexto.
- Darwish, M. (2001). *Menos rosas* (M. L. Prieto González, Trad.). Madrid: Hiperión.
- Meruane, L. (2019). *Tornar-se palestina* (M. Sanchez, Trad.). Belo Horizonte, MG: Relicário.
- Said, E. W. (2002). *Reflexões do exílio e outros ensaios*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Said, E. W. (2004). *Fora do lugar: memórias*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Said, E. W. (2009). *A questão da Palestina* (1ª ed.). São Paulo, SP: Unesp.
- Sayigh, R. (2002). Remembering mothers, forming daughters: Palestinian women's narratives in refugee camps in Lebanon. In N. A. F. Yuval-Davis (Ed.), *Women and the politics of military confrontation: Palestinian and Israeli gendered narratives of dislocation*. New York, NY – Oxford: Berghahn Books.
- Shilling, F. (2014). E o exílio? *Boletim do IBCCrim*, 22(263). São Paulo, SP.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/320gbe76>.